

Demonstrações Financeiras

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

Dezembro/2024

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 4 |
| 2. BALANÇOS PATRIMONIAIS | 5 |
| 3. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO | 6 |
| 4. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE | 7 |
| 5. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 8 |
| 6. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA..... | 9 |
| 7. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS..... | 10 |
| 8. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DE CONSÓRCIOS..... | 11 |
| 9. NOTAS EXPLICATIVAS..... | 12 |
| 1. Contexto operacional..... | 12 |
| 2. Apresentação das demonstrações financeiras..... | 12 |
| 3. Principais práticas contábeis da administradora e grupos de consórcios | 15 |
| 4. Resumo das operações de consórcios..... | 17 |
| 5. Ativos financeiros (Administradora) | 17 |
| 6. Outros créditos – diversos (Administradora)..... | 19 |
| 7. Despesas antecipadas..... | 19 |
| 8. Créditos tributários | 19 |
| 9. Sociais e estatutárias (Administradora) | 20 |
| 10. Fiscais e previdenciárias (Administradora) | 20 |
| 11. Diversas (Administradora) | 20 |
| 12. Receitas antecipadas | 20 |
| 13. Provisões para riscos cíveis e fiscais e passivos contingentes..... | 20 |
| 14. Patrimônio líquido (Administradora) | 21 |
| 15. Receita de prestação de serviços..... | 22 |
| 16. Outras despesas administrativas..... | 22 |
| 17. Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL (Administradora)..... | 23 |
| 18. Transações com partes relacionadas (Administradora) | 24 |
| 19. Resultados recorrentes e não recorrentes (Administradora) | 24 |
| 20. Aplicações financeiras (Grupos de Consórcios)..... | 24 |
| 21. Direitos junto a consorciados contemplados (Grupos de Consórcios)..... | 25 |
| 22. Instrumentos financeiros (Administradora) | 25 |
| 23. Gerenciamento de risco | 25 |
| PARECER CONSELHO FISCAL | 26 |
| RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 27 |



Missão:

Promover a integração de pessoas físicas e jurídicas em grupos fechados, proporcionando a aquisição segura de bens e serviços, através de uma gestão comprometida com os nossos valores.

Visão:

Ser referência na administração de grupos de consórcios, buscando sempre a realização de sonhos.

Valores:

Comprometimento

Transparência

Excelência

Eficiência

Ética

1. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Clientes:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios (“Banrisul Consórcios”, “Companhia”) tem como objetivo administrar grupos de consórcios, com foco principal em cotas de automóveis e de imóveis, oportunizando a clientes e não clientes do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. a aquisição de bens, quitação de financiamentos e até mesmo a construção ou reforma de seu imóvel residencial ou comercial.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia administrava 133 grupos de consórcios (155 grupos em 31.12.2023) com uma base de clientes ativos de 77.832 consorciados (83.165 consorciados ativos em 31.12.2023). No exercício de 2024, ocorreram 13.856 contemplações (12.956 contemplações em 2023), apresentando lucro líquido de R\$ 85.081 mil.

A Banrisul Consórcios tem como política a distribuição de resultados, assegurando aos acionistas a título de dividendos uma quota do lucro líquido em percentual a ser definido anualmente nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, ajustado nos termos da Lei. Em 2024, foi imputado juros sobre capital próprio aos dividendos.

A Administração declara que dispõe de capacidade financeira para manter em carteira os títulos classificados como mantidos até o vencimento, conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos consorciados, fornecedores e conselheiros pela confiança e credibilidade; ao nosso controlador, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., pelo apoio recebido; aos nossos colaboradores, pela dedicação e profissionalismo com que conduzem suas atividades.

A Administração.

2. BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em Milhares de Reais)

| | <u>Nota</u> | <u>31/12/2024</u> | <u>31/12/2023</u> <u>(Reapresentado)</u> |
|--|-------------|-----------------------|---|
| Ativo | | | |
| Circulante | | | |
| Disponibilidades - Depósitos bancários à vista | | <u>410</u> | <u>584</u> |
| Ativos financeiros | 5 | <u>340.420</u> | <u>216.575</u> |
| Títulos e valores mobiliários | | 340.420 | 216.575 |
| Outros créditos - diversos | 6 | <u>13.877</u> | <u>8.039</u> |
| Despesas antecipadas | 7 | <u>7.109</u> | <u>3.430</u> |
| Não Circulante | | <u>286.380</u> | <u>342.410</u> |
| Realizável a longo prazo | | <u>283.303</u> | <u>334.743</u> |
| Ativos financeiros | 5 | 187.127 | 254.856 |
| Títulos e valores mobiliários | | 187.127 | 254.856 |
| Outros créditos - diversos | 6 | 21.606 | 26.803 |
| Despesas antecipadas | 7 | 31.652 | 21.104 |
| Créditos tributários | 8, 17b | 42.918 | 31.980 |
| Investimentos | | - | <u>4.249</u> |
| Imobilizado | | <u>3.077</u> | <u>3.418</u> |
| Imobilizado de uso | | 4.781 | 4.683 |
| Depreciações acumuladas | | (1.704) | (1.265) |
| Total do Ativo | | <u>648.196</u> | <u>571.038</u> |
| Passivo | | | |
| Circulante | | | |
| Sociais e estatutárias | 9 | 102 | 99 |
| Fiscais e previdenciárias | 10 | 10.104 | 25.274 |
| Diversas | 11 | 15.832 | 16.949 |
| Receitas antecipadas | 12 | 31.044 | 20.905 |
| Não Circulante | | <u>105.186</u> | <u>77.039</u> |
| Receitas antecipadas | 12 | 91.037 | 67.674 |
| Provisões para riscos cíveis e fiscais | 13 | 862 | 798 |
| Fiscais diferidas | 17d | 13.287 | 8.567 |
| Patrimônio Líquido | | <u>485.928</u> | <u>430.772</u> |
| Capital social | 14a | 330.000 | 330.000 |
| Reservas de lucros | | 155.717 | 100.333 |
| Outros resultados abrangentes | | 211 | 439 |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido | | <u>648.196</u> | <u>571.038</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação, apresentado em Reais)

| | <u>Nota</u> | <u>2º Semestre</u> <u>2024</u> | <u>2024</u> | <u>2023</u> <u>(Reapresentado)</u> |
|---|-------------|-----------------------------------|------------------------|---------------------------------------|
| Resultado da intermediação financeira | | <u>29.108</u> | <u>55.898</u> | <u>59.402</u> |
| Outras receitas operacionais | | <u>65.628</u> | <u>127.350</u> | <u>114.544</u> |
| Receitas de prestação de serviços | 15 | 63.990 | 125.097 | 108.761 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 18 | 359 | 742 | 964 |
| Outras receitas | | 1.279 | 1.511 | 4.819 |
| Despesas operacionais | | <u>(36.141)</u> | <u>(67.690)</u> | <u>(65.882)</u> |
| Outras despesas administrativas | 16 | (23.850) | (43.721) | (38.924) |
| Despesas tributárias | | (11.391) | (22.485) | (26.123) |
| Outras despesas | | (900) | (1.484) | (835) |
| Resultado antes dos tributos | | <u>58.595</u> | <u>115.558</u> | <u>108.064</u> |
| Tributos sobre o lucro | 17 | <u>(15.077)</u> | <u>(30.477)</u> | <u>(27.802)</u> |
| Lucro líquido do semestre/exercícios | | <u>43.518</u> | <u>85.081</u> | <u>80.262</u> |
| Lucro básico e diluído por ação (Em Reais - R\$) | | <u>0,49</u> | <u>0,95</u> | <u>0,90</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em Milhares de Reais)

| | <u>2º Semestre</u> <u>2024</u> | <u>2024</u> | <u>2023</u> <u>(Reapresentado)</u> |
|---|-----------------------------------|----------------------|---------------------------------------|
| Lucro líquido do semestre/exercícios | <u>43.518</u> | <u>85.081</u> | <u>80.262</u> |
| Varição líquida de efeitos fiscais | <u>(202)</u> | <u>(228)</u> | <u>51</u> |
| Outros resultados abrangentes | (305) | (345) | 79 |
| (-) Efeito fiscal | 103 | 117 | (28) |
| Total do resultado abrangente do período | <u>43.316</u> | <u>84.853</u> | <u>80.313</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em Milhares de Reais)

| | Reservas de Lucro | | | | Outros Resultados Abrangentes | Lucros Acumulados | Total |
|--|-------------------|---------------|---------------------|------------------|-------------------------------|-------------------|----------------|
| | Capital Social | Reserva Legal | Reserva Estatutária | Reserva Especial | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 200.000 | 23.974 | 22.780 | 130.299 | 388 | - | 377.441 |
| Impactos adoção CPC 47 Taxa Acelerada e Comissões | - | - | - | (400) | - | - | (400) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado) | 200.000 | 23.974 | 22.780 | 129.899 | 388 | - | 377.041 |
| Saldos em 1º de janeiro de 2023 | 200.000 | 23.974 | 22.780 | 129.899 | 388 | - | 377.041 |
| Lucro líquido do exercício (Reapresentado) | - | - | - | (2.755) | - | 83.017 | 80.262 |
| Aumento de capital | 130.000 | - | - | (130.000) | - | - | - |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - | 51 | - | 51 |
| Destinação do lucro | | | | | | | |
| Constituição de reservas (Nota 13b) | - | 4.151 | 4.151 | 48.133 | - | (56.435) | - |
| Juros sobre capital próprio (Nota 13b) | - | - | - | - | - | (26.582) | (26.582) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado) | 330.000 | 28.125 | 26.931 | 45.277 | 439 | - | 430.772 |
| Saldos em 1º de janeiro de 2024 | 330.000 | 28.125 | 26.931 | 45.277 | 439 | - | 430.772 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 85.081 | 85.081 |
| Aumento de capital | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - | (228) | (3) | (231) |
| Destinação do lucro | | | | | | | |
| Constituição de reservas (Nota 13b) | - | 4.253 | 4.253 | 46.878 | - | (55.384) | - |
| Juros sobre capital próprio (Nota 13b) | - | - | - | - | - | (29.694) | (29.694) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 330.000 | 32.378 | 31.184 | 92.155 | 211 | - | 485.928 |
| Saldos em 1º de julho de 2024 | 330.000 | 30.203 | 29.009 | 68.421 | 413 | - | 458.046 |
| Lucro líquido do semestre | - | - | - | - | - | 43.518 | 43.518 |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - | (202) | (3) | (205) |
| Destinação do lucro | | | | | | | |
| Constituição de reservas (Nota 13b) | - | 2.175 | 2.175 | 23.734 | - | (28.084) | - |
| Juros sobre capital próprio | - | - | - | - | - | (15.431) | (15.431) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 330.000 | 32.378 | 31.184 | 92.155 | 211 | - | 485.928 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em Milhares de Reais)

| | <u>2º Semestre</u> <u>2024</u> | <u>2024</u> | <u>2023</u> <u>(Reapresentado)</u> |
|--|-----------------------------------|-----------------|---------------------------------------|
| <u>Atividades operacionais</u> | | | |
| Lucro líquido do semestre/exercícios antes IR/CS | 58.595 | 115.558 | 108.064 |
| Ajustes do lucro líquido | | | |
| Provisão (Reversão) Riscos cíveis e fiscais | 120 | 167 | 632 |
| Outras reversões de provisões operacionais | (175) | (175) | - |
| Alienação de valores e bens | 64 | 64 | 2 |
| Depreciação | 340 | 641 | 602 |
| Equivalência patrimonial | (359) | (742) | (964) |
| Variações de ativos e obrigações | | | |
| (Aumento) redução em títulos e valores mobiliários | (22.454) | (16.877) | (48.277) |
| (Aumento) redução em outros ativos | (2.898) | (14.899) | (40.678) |
| Aumento (redução) em outras obrigações | 6.693 | 19.735 | 64.636 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (14.806) | (39.084) | (39.239) |
| Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais | 25.120 | 64.388 | 44.778 |
| <u>Atividades de investimento</u> | | | |
| Aquisições de imobilizado | (316) | (317) | (19) |
| Dividendos recebidos | - | - | 164 |
| Juros sobre capital próprio recebidos | 72 | 214 | 489 |
| Alienação de investimento | 4.702 | 4.702 | - |
| Caixa líquido proveniente das atividades de investimento | 4.458 | 4.599 | 634 |
| <u>Atividades de financiamento</u> | | | |
| Dividendos pagos | - | - | (14.735) |
| Juros sobre capital próprio pagos | (15.431) | (29.694) | (22.576) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento | (15.431) | (29.694) | (37.311) |
| Aumento de caixa e equivalentes a caixa | 14.147 | 39.293 | 8.101 |
| Caixa e equivalentes a caixa no início do semestre/exercícios | 44.121 | 18.975 | 10.874 |
| Caixa e equivalentes a caixa no final do semestre/exercícios | 58.268 | 58.268 | 18.975 |
| Aumento de caixa e equivalentes a caixa | 14.147 | 39.293 | 8.101 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em Milhares de Reais)

| | <u>Nota</u> | <u>31/12/2024</u> | <u>31/12/2023</u> |
|---|-------------|-------------------------|-------------------------|
| Ativo | | | |
| Caixa e equivalentes a caixa | | 2.330 | 1.160 |
| Aplicações financeiras | 19 | 739.688 | 770.646 |
| Direitos junto a consorciados contemplados | 20 | 956.773 | 948.187 |
| Compensação | | 6.054.133 | 5.915.422 |
| Previsão mensal de recursos a receber de consorciados | | 53.371 | 53.472 |
| Contribuições devidas ao grupo | | 3.218.392 | 3.148.502 |
| Valores e bens ou serviços a contemplar | | 2.782.370 | 2.713.448 |
| Total do Ativo | | <u>7.752.924</u> | <u>7.635.415</u> |
| Passivo | | | |
| | | <u>31/12/2024</u> | <u>31/12/2023</u> |
| Obrigações com consorciados | | 610.801 | 598.065 |
| Valores a repassar | | 13.976 | 14.188 |
| Obrigações por contemplações a entregar | | 665.829 | 684.051 |
| Recursos a devolver a consorciados | | 283.941 | 305.433 |
| Recursos dos grupos | | 124.244 | 118.256 |
| Compensação | | 6.054.133 | 5.915.422 |
| Recursos mensais a receber de consorciados | | 53.371 | 53.472 |
| Obrigações do grupo por contribuições | | 3.218.392 | 3.148.502 |
| Bens ou serviços a contemplar | | 2.782.370 | 2.713.448 |
| Total do Passivo | | <u>7.752.924</u> | <u>7.635.415</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

8. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DE CONSÓRCIOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em Milhares de Reais)

| | <u>2º Semestre</u> <u>2024</u> | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
|---|-----------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Disponibilidades no início do período | <u>778.602</u> | <u>771.806</u> | <u>750.918</u> |
| Caixa e equivalentes a caixa | 2.090 | 1.160 | 552 |
| Aplicações financeiras | <u>776.512</u> | <u>770.646</u> | <u>750.366</u> |
| Aplicações financeiras dos grupos | 75.418 | 86.595 | 93.258 |
| Aplicações financeiras vinculadas a contemplações | 701.094 | 684.051 | 657.108 |
| | | | |
| (+) Recursos coletados | <u>596.488</u> | <u>1.166.606</u> | <u>1.191.519</u> |
| Contribuições para aquisições de bens | 463.962 | 904.599 | 913.977 |
| Taxa de administração | 72.156 | 146.154 | 147.609 |
| Contribuição ao fundo de reserva | 15.470 | 30.266 | 30.820 |
| Renda de aplicação financeira | 32.788 | 65.355 | 78.416 |
| Prêmios de seguros | 3.025 | 6.299 | 7.241 |
| Outros | 9.087 | 13.933 | 13.456 |
| | | | |
| (-) Recursos utilizados | <u>633.072</u> | <u>1.196.394</u> | <u>1.170.631</u> |
| Aquisição de bens | 480.156 | 888.726 | 889.467 |
| Taxa de administração | 73.948 | 148.257 | 150.784 |
| Prêmio de seguros | 3.113 | 6.483 | 7.433 |
| Devolução a consorciados desligados | 27.637 | 75.154 | 64.547 |
| Outros | 48.218 | 77.774 | 58.400 |
| | | | |
| Disponibilidades no final do período | <u>742.018</u> | <u>742.018</u> | <u>771.806</u> |
| Caixa e equivalentes a caixa | 2.330 | 2.330 | 1.160 |
| Aplicações financeiras | <u>739.688</u> | <u>739.688</u> | <u>770.646</u> |
| Aplicações financeiras dos grupos | 73.859 | 73.859 | 86.595 |
| Aplicações financeiras vinculadas a contemplações | 665.829 | 665.829 | 684.051 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

9. NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto operacional

A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios (“Administradora”, “Banrisul Consórcios”, “Companhia”) tem por objeto a constituição e administração de grupos de consórcios destinados preferencialmente à aquisição de bens móveis e imóveis, tendo como seu principal parceiro na comercialização de seus produtos o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul” ou “Banco”).

Como parte integrante do Conglomerado do Banrisul, as operações são conduzidas utilizando, de forma compartilhada, a infraestrutura tecnológica e administrativa do controlador mediante ressarcimento de custos. As demonstrações financeiras devem ser compreendidas nesse contexto.

A Banrisul Consórcios mantém sua busca à automatização dos fluxos de trabalho com viés na tecnologia. A busca da qualificação e de novas formas de vendas proporciona o aumento da quantidade de consorciados ativos e adimplentes. Essas são ações que pretendemos manter e aprimorar, citando em especial a disponibilização do APP Consórcio para cliente do Banco vendendo cotas com foco no autoatendimento. A Banrisul Consórcios segue prestando suporte qualificado e ágil à rede de agências e atendendo consorciados em diversos formatos, objetivando que contemplações e aquisições corram sua jornada de forma ágil e segura para os envolvidos no processo.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 bem como a Resolução BCB nº 2 de 12 agosto de 2020, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

A Instrução Normativa BCB nº 282 de 27 de abril de 2022 estabelece os modelos das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio.

A Resolução BCB nº 156/2021 estabelece os critérios e os procedimentos contábeis a serem observados pelas administradoras de consórcio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na escrituração dos grupos de consórcio. Dentre as alterações promovidas pela norma, cita-se a escrituração dos grupos de consórcios encerrados contabilmente a qual é registrada em contas de compensação desde janeiro de 2022.

O conselho de administração da companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 6 de fevereiro de 2025.

b) Convergência às normas internacionais

A Resolução BCB nº 120/2021, com vigência a partir de janeiro de 2022, estabeleceu os princípios gerais e os procedimentos específicos para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis pelas administradoras de consórcio. O artigo 2º determina que sejam aplicados os pronunciamentos técnicos abaixo relacionados os quais foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis:

I - Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, aprovado em 1º de novembro de 2019;

II - Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado em 6 de agosto de 2010;

III - Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado em 26 de junho de 2009;

IV - Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, aprovado em 7 de dezembro de 2012, nas situações em que a mensuração pelo valor justo de elementos patrimoniais e de resultado esteja prevista em regulamentação específica; e

V - Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, aprovado em 4 de novembro de 2016.

A Resolução BCB nº 6/2020 define os critérios e os procedimentos para reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.

Os critérios para reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, de contingências passivas e de contingências ativas (constantes no Pronunciamento Técnico CPC 25) foram recepcionados pelo Banco Central na Resolução BCB nº 9/2020.

c) Normas emitidas com vigência futura

Resolução BCB nº 178/2022

A norma estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas administradoras de consórcio e outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Para tanto, deve ser observado o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 06 (R2) – Arrendamentos, aprovado em 6 de outubro de 2017, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil.

O contrato em vigência que apresenta as características enquadradas no normativo será reconhecido nos termos da Resolução a partir de janeiro/2025 (impacto de R\$ 138 na conta de lucros ou prejuízos acumulados).

Resolução BCB nº 352/2023

A Resolução BCB nº 352 de 23/11/2023 revogou a Resolução BCB nº 219 de 30/03/2023 e dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas administradoras de consórcio e outras sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A nova regulamentação inclui regras sobre “os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.”

A norma tem como objetivo convergir o padrão do Banco Central aos padrões contábeis internacionais sobre instrumentos financeiros (IFRS 9), estabelece prazo para as instituições financeiras adaptarem seus processos de classificação e gestão de risco e apuração de suas provisões, assim como revoga diversos atos normativos que atualmente regulam a matéria.

Quanto aos critérios contábeis estabelecidos, o normativo determina que estes “devem ser aplicados prospectivamente a partir da sua data de sua entrada em vigor”. O parágrafo único do artigo 94 ainda afirma que “os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta Resolução devem ser registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários”.

O artigo 4º da Resolução BCB 352/2023 estabelece que as administradoras de consórcio devem classificar os ativos financeiros com base no modelo de negócios da instituição para gestão de ativos financeiros. Em alinhamento às diretrizes adotadas pelo Banco Banrisul, a companhia aderiu à política de classificação de ativos financeiros do modelo de negócios de seu controlador.

A classificação dos títulos e valores mobiliários da companhia, de acordo com o modelo de negócios, terá impacto credor estimado (líquido de efeitos tributários) de R\$ 211 na conta de lucros ou prejuízos acumulados; ao passo que a nova política de perdas esperadas reduzirá a mesma conta em aproximadamente R\$ 13.

d) Moeda funcional

A moeda funcional da Banrisul Consórcios é o Real, sendo que as demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais.

e) Continuidade operacional

A presente demonstração financeira foi elaborada sob o pressuposto de continuidade operacional.

f) Reapresentação de saldos de 31 de dezembro de 2023

No primeiro semestre de 2024, a Administração da Banrisul Consórcios concluiu o processo de revisão e aperfeiçoamento dos critérios de implementação do Pronunciamento Contábil CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente), passando também a diferir as taxas de administração antecipadas (previstas na Lei 11.795/2008, art. 27, § 3º), bem como os custos incrementais para a obtenção do contrato de consórcio, tendo os seus efeitos substancialmente compensados, uma vez que a taxa antecipada é cobrada justamente para cobrir os custos incrementais de venda. Esse procedimento foi realizado com o objetivo de melhorar a qualidade e a consistência dessas demonstrações financeiras. Dessa forma, os saldos comparativos relativos a 31 de dezembro de 2023 foram reclassificados para melhor comparabilidade, conforme demonstrado a seguir:

| Balanco Patrimonial - Ativo | | | |
|------------------------------------|---------------------|---------------------|-------------------------|
| | Publicado em | Remensuração | 31/12/2023 |
| | 31/12/2023 | | (Reapresentação) |
| Circulante | 3 | 3.427 | 3.430 |
| Despesas antecipadas | 3 | 3.427 | 3.430 |
| Não circulante | 22.014 | 31.070 | 53.084 |
| Realizável a longo prazo | 22.014 | 31.070 | 53.084 |
| Despesas antecipadas | - | 21.104 | 21.104 |
| Créditos tributários | 22.014 | 9.966 | 31.980 |

| Balanco Patrimonial - Passivo e Patrimônio Líquido | | | |
|---|---------------------|---------------------|-------------------------|
| | Publicado em | Remensuração | 31/12/2023 |
| | 31/12/2023 | | (Reapresentação) |
| Passivo circulante | 16.810 | 4.095 | 20.905 |
| Receitas antecipadas | 16.810 | 4.095 | 20.905 |
| Passivo não circulante | 43.482 | 33.557 | 77.039 |
| Receitas antecipadas | 42.458 | 25.216 | 67.674 |
| Fiscais diferidas | 226 | 8.341 | 8.567 |
| Patrimônio líquido | 103.488 | (3.155) | 100.333 |
| Reservas de lucros - Reserva especial | 103.488 | (3.155) | 100.333 |

| Demonstração do Resultado do Exercício | | | |
|---|---------------------|---------------------|-------------------------|
| | Publicado em | Remensuração | 31/12/2023 |
| | 31/12/2023 | | (Reapresentação) |
| Outras receitas operacionais | 131.419 | (22.658) | 108.761 |
| Receitas de prestação de serviços | 131.419 | (22.658) | 108.761 |
| Despesas operacionais | (57.408) | 18.484 | (38.924) |
| Outras despesas administrativas | (57.408) | 18.484 | (38.924) |
| Tributos sobre o lucro | (29.221) | 1.419 | (27.802) |

3. Principais práticas contábeis da administradora e dos grupos de consórcios

As práticas contábeis adotadas pela Banrisul Consórcios são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras e estão descritas nos itens “a” e “b” (Contabilidade da Administradora de Consórcios e Contabilidade dos Grupos de Consórcios).

a) Contabilidade da Administradora de Consórcios

i) Apuração do resultado – As receitas e as despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal. Para a adequação ao CPC 47, aderido pelo Banco Central do Brasil por meio da Resolução BCB nº 120/2021, a companhia passou a apropriar a receita com taxa de administração e o custo incremental para obtenção de contrato de acordo com a obrigação de desempenho, ou seja, o reconhecimento no resultado ocorre à medida que a companhia entrega o serviço ao Grupo de Consórcio por ela administrado.

ii) Caixa e equivalentes a caixa – Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

iii) Títulos e valores mobiliários – Registrados e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil. São classificados nas categorias para negociação, disponíveis para venda e até o vencimento.

Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos reconhecidos no resultado.

Títulos disponíveis para venda – Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento – Títulos e valores mobiliários sobre os quais a Administração tem a intenção e a capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, avaliados pelo seu custo de aquisição, desde que não haja perdas de caráter permanente acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

iv) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes) – Demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos, bem como, quando aplicável, deduzidos das correspondentes provisões para perdas e rendas a apropriar.

v) Imobilizado de uso – É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear utilizando taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

vi) Redução ao valor recuperável – Os itens imobilizados e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

vii) Demais passivos circulantes – Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

viii) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes cumprem os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25:

Provisões – reconhecidas quando há obrigação presente (originada de eventos passados), com provável saída de recursos para liquidação da obrigação cujo valor possa ter estimativa confiável.

Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.

Contingências passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco da perda de uma ação, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão nem divulgação.

ix) Imposto de renda e contribuição social – A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 ao ano (R\$ 120 no semestre), e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação. O imposto de renda e a contribuição social diferido sobre as diferenças temporárias estão apresentados no grupo não circulante da rubrica “Créditos tributários” e refletidos no resultado do período. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

x) Estimativas contábeis – As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem imposto de renda diferido ativo e provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a subjetividades inerentes ao processo de sua determinação. A Administradora revisa as estimativas e premissas semestralmente.

b) Contabilidade dos Grupos de Consórcio

(i) Disponibilidades e aplicações financeiras – Representam os recursos disponíveis e ainda não utilizados pelos grupos, aplicados segundo determinações do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum de cada grupo diariamente, não incidindo sobre estes, taxa de administração. As aplicações financeiras são efetuadas em fundos de investimentos, e foram avaliadas, respectivamente, com base no valor das quotas divulgados pelo administrador do fundo na data do balanço.

ii) Direitos junto a consorciados contemplados – Referem-se ao registro dos valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços.

iii) Provisão mensal de recursos a receber de consorciados – Demonstrem a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e de prêmio de seguro. O montante foi calculado com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços, conforme determinação do Banco Central do Brasil.

iv) Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições – Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos, calculados com base no valor do bem vigente nas datas de assembleias de contemplações.

v) Valores de bens ou serviços a contemplar – Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço dos bens nas datas de assembleias de contemplações.

vi) Obrigações com consorciados – Referem-se aos valores recebidos dos consorciados não contemplados a título de fundo comum, para a aquisição de bens ou serviços, os quais são atualizados com base no preço dos bens nas datas dos balanços.

vii) Valores a repassar – Registra os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelos grupos relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, despesas de registro de contratos de garantia, multa rescisória e outros.

viii) Obrigações por contemplações a entregar - Registra os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescido da respectiva remuneração.

ix) Recursos a devolver a consorciados - Registra o valor dos recursos a serem devolvidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortizações e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor das contribuições, deduzidos de multas, quando aplicável.

x) Recursos dos grupos – Registra os recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos.

xi) Risco de crédito – Os Grupos de Consórcio possuem Seguro de Quebra de Garantia, que visa garantir ao grupo o recebimento de recursos da seguradora em caso de inadimplemento do consorciado contemplado.

4. Resumo das operações de consórcios

As operações de grupos de consórcio em andamento apresentam as seguintes posições em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

| Descrição | Quantidade | |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|
| | <u>31/12/2024</u> | <u>31/12/2023</u> |
| Grupos administrados | 133 | 155 |
| Conсорciados ativos | 77.832 | 83.283 |
| Bens entregues – no ano | 11.712 | 11.698 |
| Bens entregues – total | 35.702 | 39.357 |
| Bens pendentes de entrega | 8.118 | 8.478 |
| Desistentes/Excluídos – no ano | 8.027 | 9.779 |
| Desistentes/Excluídos – total | 51.008 | 52.698 |

A taxa de inadimplência é de 3,02% (31.12.2023 – 3,38%).

5. Ativos financeiros (Administradora)

Os recursos utilizados para gestão de caixa da companhia estão alocados em depósitos bancários à vista e em fundo de investimento.

Caixa e equivalentes a caixa

| | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
|--|----------------------|----------------------|
| Disponibilidades - Depósitos bancários à vista | 410 | 584 |
| Fundo de investimento RF LP | 57.858 | 18.391 |
| Total | <u>58.268</u> | <u>18.975</u> |

A carteira de títulos e valores mobiliários está assim representada:

| | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
|------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| <u>Circulante</u> | | |
| Para negociação | 57.858 | 18.391 |
| Disponível para venda | 1.885 | 2.239 |
| Mantidos até o vencimento | 280.677 | 195.945 |
| Total | <u>340.420</u> | <u>216.575</u> |
| <u>Não circulante</u> | | |
| Mantidos até o vencimento | 187.127 | 254.856 |
| Total | <u>187.127</u> | <u>254.856</u> |

a) Títulos e valores mobiliários - Para negociação

| | <u>2024</u> | | <u>2023</u> | |
|-----------------------------|---------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------|--------------------------------------|
| | <u>Valor de Custo/Curva</u> | <u>Valor de Mercado/Contábil</u> | <u>Valor de Custo/Curva</u> | <u>Valor de Mercado/Contábil</u> |
| Fundo de investimento RF LP | 57.858 | 57.858 | 18.391 | 18.391 |
| Total | <u>57.858</u> | <u>57.858</u> | <u>18.391</u> | <u>18.391</u> |

b) Títulos e valores mobiliários - Disponíveis para venda

| | <u>2024</u> | | <u>2023</u> | |
|-----------------------------------|---------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------|--------------------------------------|
| | <u>Valor de Custo/Curva</u> | <u>Valor de Mercado/Contábil</u> | <u>Valor de Custo/Curva</u> | <u>Valor de Mercado/Contábil</u> |
| Fundo de investimento imobiliário | 1.565 | 1.885 | 1.574 | 2.239 |
| Total | <u>1.565</u> | <u>1.885</u> | <u>1.574</u> | <u>2.239</u> |

c) Títulos e valores mobiliários - Mantidos até o vencimento

| | <u>2024</u> | | <u>2023</u> | |
|--------------------|---------------------------------|-----------------------------|---------------------------------|-----------------------------|
| | <u>Valor de Custo/Curva</u> | <u>Valor de Mercado</u> | <u>Valor de Custo/Curva</u> | <u>Valor de Mercado</u> |
| Letras financeiras | 467.804 | 467.804 | 450.801 | 450.801 |
| Total | <u>467.804</u> | <u>467.804</u> | <u>450.801</u> | <u>450.801</u> |

As Letras Financeiras, aplicadas junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., foram realizadas com vencimentos entre 730 e 1.400 dias e rendimento médio de 107,1% do CDI.

A Administração declara que dispõe de capacidade financeira para manter os títulos descritos no item “c” classificados como “mantidos até o vencimento”.

Para o cálculo da marcação a mercado são utilizadas as curvas de contratos futuros divulgadas pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

6. Outros créditos – diversos (Administradora)

| | <u>31/12/2024</u> | <u>31/12/2023</u> |
|---|----------------------|---------------------|
| Circulante | | |
| Cotas de consórcio adquiridas pela própria administradora | 1.060 | 718 |
| Impostos e contribuições a compensar | 10.894 | 5.736 |
| Renda de taxa de administração a receber (a) | 328 | 458 |
| Adiantamentos de recursos a consorciados | 348 | 362 |
| Outros | 1.247 | 765 |
| Total | <u>13.877</u> | <u>8.039</u> |

| | <u>31/12/2024</u> | <u>31/12/2023</u> |
|---|----------------------|----------------------|
| Não Circulante | | |
| Cotas de consórcio adquiridas pela própria administradora | 20.767 | 20.146 |
| Impostos e contribuições a compensar | 375 | 6.151 |
| Depósitos vinculados a processos judiciais (b) | 464 | 506 |
| Total | <u>21.606</u> | <u>26.803</u> |

(a) Parcelas em atraso de cotas contempladas com bens entregues (líquidas da provisão sobre parcela não coberta pelo seguro de quebra de garantia), conforme Resolução BCB nº120/2021.

(b) O valor de R\$ 464 (2023 – R\$ 506) refere-se a processos cíveis e a processos fiscais, estes movidos por diversos municípios requerendo o recolhimento de ISS sobre operações de arrendamento mercantil realizadas pela então Banrisul S.A. Arrendamento Mercantil, atualmente denominada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios.

7. Despesas antecipadas

| | <u>31/12/2024</u> | <u>31/12/2023</u> (Reapresentado) |
|---|----------------------|---|
| Circulante | | |
| Custo incremental para obtenção de contrato (a) | 7.109 | 3.427 |
| Outras despesas antecipadas | - | 3 |
| Total | <u>7.109</u> | <u>3.430</u> |
| Não Circulante | | |
| Custo incremental para obtenção de contrato (a) | 31.652 | 21.104 |
| Total | <u>31.652</u> | <u>21.104</u> |

(a) Custos incrementais diretamente relacionados às vendas de cotas de consórcio que serão apropriados no resultado ao longo do período de vigência do grupo.

8. Créditos tributários

Os créditos tributários referem-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias oriundas da provisão para riscos cíveis e fiscais, provisões operacionais, da provisão para créditos de liquidação duvidosa e da receita antecipada. A expectativa de realização desses créditos consta na nota 17c e o valor presente, calculado com base na taxa SELIC, é de R\$ 30.273 (31.12.2023 – R\$ 25.389 – Reapresentado).

9. Sociais e estatutárias (Administradora)

As obrigações sociais e estatutárias são representadas por dividendos e por juros sobre capital próprio.

| | <u>31/12/2024</u> | <u>31/12/2023</u> |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Dividendos de exercícios anteriores | 51 | 75 |
| Juros sobre capital próprio | 51 | 24 |
| Total | <u>102</u> | <u>99</u> |

10. Fiscais e previdenciárias (Administradora)

| | <u>31/12/2024</u> | <u>31/12/2023</u> |
|---------------------------------|----------------------|----------------------|
| Tributos sobre o lucro | 6.875 | 18.653 |
| Tributos sobre a receita | 1.900 | 2.569 |
| Retenções federais de terceiros | 1.279 | 4.035 |
| Outras obrigações | 50 | 17 |
| Total | <u>10.104</u> | <u>25.274</u> |

11. Diversas (Administradora)

| | Nota | <u>31/12/2024</u> | <u>31/12/2023</u> |
|---|-------------|----------------------|----------------------|
| Convênio prestação de serviços (Banco Banrisul) | 18 | 5.767 | 8.154 |
| Comissões devidas | | 7.475 | 5.929 |
| Processamento de dados | | 307 | 242 |
| Propaganda e publicidade | | 596 | 437 |
| Parcerias comerciais | | 464 | 936 |
| Outros pagamentos | | 1.223 | 1.251 |
| Total | | <u>15.832</u> | <u>16.949</u> |

12. Receitas antecipadas (Administradora)

Antecipações recebidas de taxa de administração reconhecidas ao longo do tempo de administração dos grupos de consórcios a partir de janeiro de 2022.

| | <u>31/12/2024</u> | <u>31/12/2023</u> (Reapresentado) |
|------------------------|-----------------------|---|
| Passivo circulante | 31.044 | 20.905 |
| Passivo não circulante | 91.037 | 67.674 |
| Total | <u>122.081</u> | <u>88.579</u> |

13. Provisões para riscos cíveis e fiscais e passivos contingentes

A Banrisul Consórcios possui provisões e passivos contingentes para riscos cíveis (decorrentes de processos movidos por consorciados) bem como provisões e passivos contingentes para riscos fiscais (resultantes de processos judiciais e autos de infração, principalmente processos relativos à cobrança de ISS movidos por diversos municípios sobre operações de arrendamento mercantil, realizadas pela então Banrisul S.A. Arrendamento Mercantil, atualmente denominada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios). Não há provisões de ações trabalhistas.

a) Provisões para riscos cíveis e fiscais – Prováveis

| | <u>31/12/2024</u> | <u>31/12/2023</u> |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Provisão para riscos cíveis e fiscais | 862 | 798 |
| Total | <u>862</u> | <u>798</u> |

As movimentações das provisões apresentam-se da seguinte forma:

| | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Riscos cíveis | | |
| Saldo inicial | 576 | 198 |
| Constituição e atualização monetária | 543 | 615 |
| Reversão da provisão | (426) | (219) |
| Baixas por pagamento | (103) | (18) |
| Saldo final | <u>590</u> | <u>576</u> |
| Riscos fiscais | | |
| Saldo inicial | 222 | 221 |
| Constituição e atualização monetária | 50 | 236 |
| Baixas por pagamento | - | (235) |
| Saldo final | <u>272</u> | <u>222</u> |

b) Passivos contingentes

De acordo com as práticas contábeis, não foram constituídas provisões para os passivos contingentes classificados como possíveis pelos assessores jurídicos. Não há passivos contingentes trabalhistas classificados como possíveis para os períodos de 31/12/2024 e 31/12/2023.

| | <u>31/12/2024</u> | <u>31/12/2023</u> |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|
| Passivos contingentes fiscais | 39.306 | 35.550 |
| Passivos contingentes cíveis | 406 | - |

14. Patrimônio líquido (Administradora)

a) Capital social

O Capital Social no valor de R\$ 330.000 é composto por 89.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. é o acionista majoritário, com participação de 99,7% do total das ações. A participação dos acionistas minoritários é de 0,3%.

b) Distribuição de resultados

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 5% para constituição de reserva estatutária e (iii) os lucros remanescentes, conforme disposições estatutárias, terão o destino que for deliberado pela Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras.

A distribuição das Reservas de Lucros é estabelecida de acordo com a Lei das S/A e o estatuto social da companhia.

Conforme aprovação do Conselho de Administração, o valor pago a título de juros sobre capital próprio (JSCP) no ano de 2024 foi calculado nos termos da Lei 9.249/95.

| | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
|--|-------------|-------------|
| Patrimônio líquido ajustado exercício anterior | 433.487 | 377.053 |
| (x) TJLP Acumulada | 6,85% | 7,05% |
| (=) JSCP Pagos | 29.694 | 26.582 |
| Reflexos tributários sobre JSCP pagos (34%) | 10.096 | 9.038 |

O quadro a seguir demonstra o cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios de acordo com o estatuto social vigente, aos quais foram imputados os juros sobre capital próprio.

| | 2024 | 2023 |
|---|-------------|-------------|
| Lucro líquido do período | 85.081 | 83.017 |
| Reserva legal (5%) | (4.253) | (4.151) |
| Base de cálculo dos dividendos | 80.828 | 78.866 |
| Dividendos propostos (25%) | 20.207 | 19.717 |
| JSCP distribuído (líquido imposto de renda) | 25.240 | 22.595 |
| Dividendos por ações em circulação – R\$ | 0,23 | 0,21 |

15. Receita de prestação de serviços

A taxa de administração de consórcio é reconhecida de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 47 (recepionado pelo Banco Central por meio da Resolução BCB nº 120/2021).

| | 2º Semestre 2024 | 2024 | 2023 (Reapresentado) |
|---|-----------------------------|----------------|---------------------------------|
| Taxa de administração de consórcio | 58.927 | 115.985 | 102.389 |
| Taxa de permanência sobre recursos não procurados | 4.330 | 7.671 | 4.897 |
| Outras receitas de serviços | 733 | 1.441 | 1.475 |
| Total | 63.990 | 125.097 | 108.761 |

16. Outras despesas administrativas

| | 2º Semestre 2024 | 2024 | 2023 (Reapresentado) |
|-------------------------|-----------------------------|----------------|---------------------------------|
| Provisões | | | |
| Provisões operacionais | (3.328) | (6.116) | (7.148) |
| Riscos cíveis e fiscais | (265) | (323) | (632) |
| Subtotal | (3.593) | (6.439) | (7.780) |

| | 2º Semestre 2024 | 2024 | 2023 (Reapresentado) |
|--|-----------------------------|-----------------|---------------------------------|
| Serviços de terceiros | (11.040) | (22.422) | (20.339) |
| Diretoria e conselhos | (950) | (1.586) | (920) |
| Aluguéis | (229) | (455) | (435) |
| Comissões de vendas | (3.350) | (4.967) | (1.700) |
| Processamento de dados | (2.327) | (3.979) | (3.756) |
| Propaganda e publicidade | (774) | (1.192) | (1.019) |
| Doações e patrocínios (deduções IRPJ/CS) | (609) | (609) | - |
| Diversas | (978) | (2.072) | (2.975) |
| Subtotal | (20.257) | (37.282) | (31.144) |
| Total | (23.850) | (43.721) | (38.924) |

17. Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL (Administradora)

a) Conciliação do resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social

| | <u>2º Semestre</u> <u>2024</u> | <u>2024</u> | <u>2023</u> <u>(Reapresentado)</u> |
|--|-----------------------------------|------------------------|---------------------------------------|
| Resultado antes dos tributos | 58.595 | 115.558 | 108.064 |
| Adições (Exclusões) permanentes/temporárias – IRPJ (1) | (3.548) | (6.112) | 10.369 |
| Adições (Exclusões) permanentes/temporárias – CSLL (1) | (3.539) | (6.129) | 10.369 |
| (=) Base IRPJ | 55.047 | 109.446 | 118.433 |
| (=) Base CSLL | 55.056 | 109.429 | 118.433 |
| Imposto de renda | (13.750) | (27.338) | (29.585) |
| Contribuição social | (4.955) | (9.849) | (10.659) |
| Deduções doações e patrocínios | 609 | 609 | - |
| IRPJ e CSLL corrente | (18.096) | (36.578) | (40.244) |
| IRPJ e CSLL diferidos | 3.019 | 6.101 | 12.442 |
| IRPJ e CSLL registrados no resultado | <u>(15.077)</u> | <u>(30.477)</u> | <u>(27.802)</u> |

(1) As exclusões permanentes referem-se, majoritariamente, a juros sobre capital próprio distribuídos. As adições e as exclusões temporárias são compostas, substancialmente, pelos ajustes ao regime de competência do CPC 47 (receita antecipada e custo incremental para obtenção de contrato).

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos – ativo

| | <u>Saldo</u> <u>Inicial</u> | <u>Constituição</u> <u>(Realização)</u> | <u>31/12/2024</u> | <u>31/12/2023</u> <u>(Reapresentado)</u> |
|--|--------------------------------|--|----------------------|---|
| Diferenças temporárias | | | | |
| Provisões operacionais | 1.747 | (517) | 1.230 | 1.747 |
| Provisão créditos de liquidação duvidosa | 18 | (6) | 12 | 18 |
| Receita antecipada | 29.943 | 11.440 | 41.383 | 29.943 |
| Riscos cíveis e fiscais | 272 | 21 | 293 | 272 |
| Total do ativo fiscal diferido | <u>31.980</u> | <u>10.938</u> | <u>42.918</u> | <u>31.980</u> |

c) Expectativa de realização dos créditos tributários

| | <u>Contribuição</u> <u>Social</u> | <u>Imposto de</u> <u>Renda</u> | <u>Total</u> |
|----------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| 2025 | 3.004 | 8.346 | 11.350 |
| 2026 | 2.141 | 5.946 | 8.087 |
| 2027 | 1.638 | 4.561 | 6.189 |
| 2028 | 1.135 | 3.153 | 4.288 |
| 2029 | 928 | 2.579 | 3.507 |
| Após 2030 | 2.514 | 6.983 | 9.497 |
| Total 31.12.2024 | <u>11.360</u> | <u>31.558</u> | <u>42.918</u> |
| Total 31.12.2023 (Reapresentado) | 8.465 | 23.515 | 31.980 |

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos – passivo

| | <u>Saldo</u> <u>Inicial</u> | <u>Constituição</u> <u>(Realização)</u> | <u>31/12/2024</u> | <u>31/12/2023</u> <u>(Reapresentado)</u> |
|--|--------------------------------|--|----------------------|---|
| Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda | 226 | (117) | 109 | 226 |
| Custo incremental para obtenção de contrato | 8.341 | 4.837 | 13.178 | 8.341 |
| Total do passivo fiscal diferido | <u>8.567</u> | <u>4.720</u> | <u>13.287</u> | <u>8.567</u> |

18. Transações com partes relacionadas (Administradora)

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 e ao Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1). Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de baixo risco.

As transações com partes relacionadas com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. compreendem depósitos e aplicações em letras financeiras bem como acordo operacional que regula a prestação de serviços entre o Banrisul e a Banrisul Consórcios. Já o Fundo Premium é administrado pela Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários. Em dezembro/2024, a participação societária de 0,18% na Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. foi vendida ao controlador (Banrisul).

| | <u>31/12/2024</u> | | <u>31/12/2023</u> | |
|---|----------------------|------------------------|----------------------|------------------------|
| | Ativos (passivos) | Receitas (despesas) | Ativos (passivos) | Receitas (despesas) |
| Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. | | | | |
| Disponibilidades - Depósitos bancários à vista | 410 | - | 584 | - |
| Instrumentos financeiros | 467.804 | 51.721 | 450.801 | 56.881 |
| Convênio prestação de serviços | (5.767) | (35.176) | (8.154) | (43.546) |
| Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. - Instituição de Pagamento | | | | |
| Investimento (MEP) | - | 742 | 4.249 | 964 |
| Fundo Premium FI RF LP | | | | |
| Instrumentos financeiros | 57.858 | 3.887 | 18.391 | 2.302 |

A Administradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou de remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Os Administradores possuem uma cota de grupo de consórcio administrado pela companhia.

19. Resultados recorrentes e não recorrentes (Administradora)

O artigo 34 da Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 define resultado não recorrente como o resultado que (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Não houve resultado não recorrente no ano de 2024.

20. Aplicações financeiras (Grupos de Consórcios)

As aplicações financeiras dos grupos de consórcios (em andamento e em formação) correspondem ao valor de R\$ 739.688 (31/12/2023 – R\$ 770.646) e estão alocadas em cotas de fundos referenciados DI administrados pela Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários.

21. Direitos junto a consorciados contemplados (Grupos de Consórcios)

Os direitos junto a consorciados contemplados estão assim representados:

| | <u>31/12/2024</u> | <u>31/12/2023</u> |
|----------------------|--------------------------|--------------------------|
| Curso normal | 947.192 | 936.523 |
| Em atraso | 3.507 | 5.608 |
| Em cobrança judicial | 6.074 | 6.056 |
| Total | <u>956.773</u> | <u>948.187</u> |

22. Instrumentos financeiros (Administradora)

O principal risco que a Administradora possui relacionado aos seus instrumentos financeiros é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo as operações dos grupos de consórcios, sob a sua administração. A Administradora, através do seu controlador, efetua o gerenciamento do risco de crédito monitorando, por meio do comportamento de sua carteira, a concentração em clientes e o nível de inadimplência.

23. Gerenciamento de risco

A Banrisul Consórcios aderiu à estrutura de gerenciamento de risco operacional e de mercado em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.557/17, e utiliza a estrutura implementada pelo Banrisul, líder do conglomerado financeiro.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, no exercício das atribuições que nos conferem o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e conforme as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, documentos esses relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Com base nesses exames, em nossos procedimentos periodicamente adotados, e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião, por unanimidade, de que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2025.

Felipe Moreira Cruzeiro

Micheli Tassiani Petry

Paula Ferreira Krieger

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e aos Cotistas da
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios (“Banrisul Consórcios”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2024 e das variações nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 31 de dezembro de 2024 e as variações nas disponibilidades dos grupos de consórcio consolidadas para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Banrisul Consórcios, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Banrisul Consórcios é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Banrisul Consórcios continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Banrisul Consórcios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Banrisul Consórcios são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Consórcios.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul Consórcios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Consórcios a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RS

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

BANRISUL S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS

DIRETORIA

Gilberto Capoani
Diretor-Presidente

Artemino Raimundo Rosin
Diretor

Otomar Oleques Vivian
Diretor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Postal - **Presidente**
Flávio Pompermayer - **Vice-Presidente**

Elizabeth Rejane Sodré Tavares - **Conselheira**
Ladir Cezar Cardoso Matias - **Conselheiro**
Marcelo Soares Alves - **Conselheiro**
Sonia Maria Nogueira Saconi - **Conselheira**
Werner Köhler - **Conselheiro**

Debora Dill Cavalheiro Corrêa
Contadora
CRC RS-094261/O-7

